

## **Dias de Guerra e de Sertão: Memórias, História e Conflito no sul de Mato Grosso**

Adilson Rodrigues\*

**Resumo:** Nosso estudo volta-se ao período em que a região da atual cidade Coxim, norte do Estado de Mato Grosso do Sul, esteve sob o domínio das tropas paraguaias (1864-1870). Partimos dos relatos produzidos por Visconde de Taunay quando na presença das tropas brasileiras que percorreram todo o sul do antigo Mato Grosso. Elegemos três personagens que estiveram de forma direta ou indireta neste conflito. Frei Mariano de Bagnaia, responsável missionário pela região, durante o conflito fora feito prisioneiro do Paraguai. Antonio Theodoro de Carvalho, um dos primeiros moradores da região de Coxim e que hospedara as tropas brasileiras em sua fazenda. E por fim Senhorinha Barbosa Lopes viúva do guia Lopes (José Francisco Lopes) que conduziu as tropas brasileiras no episódio da Retirada da Laguna, findando a guerra do Paraguai.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai; História e Memória; Sul de Mato Grosso

**Abstract:** Our study back to the period in which the region's current Coxim city, north of Mato Grosso do Sul, was under the rule of Paraguayan troops (1864-1870). We start from the reports produced by Viscount Taunay when in the presence of Brazilian troops who traveled throughout south Mato Grosso old. We chose three characters who were directly or indirectly in this conflict. Fray Mariano de Bagnaia, missionary responsible for the region during the conflict had been taken prisoner in Paraguay. Antonio Theodoro

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Universidade Federal da Grande Dourados. <http://lattes.cnpq.br/9118835610785570>

de Carvalho, one of the first inhabitants of the region Coxim. The Brazilian troops stayed on his farm. Finally Senhorinha Barbosa Lopes widow of guide Lopes (José Francisco Lopes) who led Brazilian troops in episode of Withdrawal of Laguna, ending the war with Paraguay.

**Keywords:** Paraguayan War, History and Memory; south of Mato Grosso

Ao analisar os bastidores da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) através de trajetórias de alguns personagens, de forma direta ou indireta relacionamos a história de Coxim, sobretudo no que diz respeito ao sul do antigo Mato Grosso. Envolve a intenção de retirá-los do anonimato preexistente no discurso historiográfico regional. Despojados da merecida cientificidade os escassos escritos sobre o segmento social encontram-se restritos aos depoimentos isolados, memórias da elite regional e local.

A maneira como Coxim aparece em livros distintos é muito semelhante. As obras abordam assuntos como o desenvolvimento, política e as famílias ilustres da região. Os autores enfocam ainda os feitos, as obras públicas, os modos de vida, sobretudo da elite daquela cidade. A intenção traçada pelos memorialistas transcorre na forma de ocultar ações, fatos, períodos que também compuseram a história de Coxim.

À luz do referencial de Jacques Le Goff, entendemos que o papel do historiador é desconstruir o discurso que age como instrumento de legitimador de um determinado segmento, num dado lugar. A crítica a ser feita ao referido discurso que, não raro, é apresentado como “verdade histórica”, leva em conta a forma como o material foi produzido, a quem interessava e como circulou. A crítica do documento deve esclarecer sua vinculação com o poder:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história,

da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1996, p. 537-8).

Como lembra Le Goff, a memória coletiva tem sido usada para justificar os feitos dos que a dominam, senão vejamos:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (1996, p. 426).

Esquecer muito e lembrar só o que interessa; e o que interessa no discurso dos ditos “pioneiros” ou “desbravadores” são seus grandes feitos, apagando dessa lembrança os agentes sociais subalternizados, também sujeitos ativos na construção histórica de Coxim – de simples povoado a importante cidade do norte do atual Mato Grosso do Sul. Existe, portanto uma fronteira entre o dizível e o não dizível, na disputa pelo seu controle com o fim de esclarecê-la ou não (QUEIROZ, 1988 p. 14-43). Como fenômeno coletivo, a memória de Coxim pertence a todos os segmentos envolvidos em seu processo de ocupação e povoamento.

Para Ricoeur “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (2007, p. 101). O que os memorialistas encobriram ou “esqueceram”? Por que encobriram? A leitura do contraponto da memória oficial deve revelar novas interpretações e revelar na escrita da história suas contradições e entrelinhas.

Os memorialistas não usam a memória para fazer “justiça”, mas para falar de si ou de outrem a eles ligados, para através dela, no caso

de Coxim, reafirmar autoridade na história da cidade daqueles que a ocuparam ou a “desbravaram”, não com foices e enxadas, mas com papéis amarelados a lhes comprovar as posses feitas a olho e estaca.

As produções memorialísticas buscam linearmente escrever a história da região conforme o grupo, a posição política ou o espaço familiar em que se inserem. Contudo, procuramos não dispensar a produção dos memorialistas para o estudo da história regional, principalmente, pela vasta fonte documental apropriada por estes, embora sem critérios críticos. Conforme assinala a historiadora Loiva Otero Felix, a memória possui traços afetivos e de pertencimento, [...] é aberta e em permanente evolução e liga-se à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social. A história, ao contrário, dessacraliza a memória, constituindo-se tão-só em representação do passado (1998, p. 43). Neste sentido cabe ao historiador de ofício transformar memória em história.

Para Le Goff, a memória é mítica, anacrônica e deformada, constitui o vivido numa relação nunca acabada com a história, o desejável é a história construída pelo historiador de forma a desmistificar a história tradicional falseada, “A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros [...]” (1990, p. 29). Daí a necessidade de se problematizar a memória, ou do contrário não se faz história. Pierre Nora (1994), por sua vez, ao refletir também sobre memória e história, asseverou que

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p.9).

A construção da escrita da História sobre Coxim, objeto privilegiado deste trabalho, pretende problematizar a representação do passado (memória) de grupos ligados por laços afetivos ou de pertencimento, com destaque para as construções identitárias da cidade. Nesse sentido, o diálogo com as produções memorialísticas para nós foi considerado relevante, na medida que oferece parte da formação social da referida cidade. Vale lembrar que nossos instrumentos de análise ou mesmo de escrita da história, teve a ambição de se distinguir dos escritos memorialísticos, pois os dados advindos dos mesmos foram considerados tão-somente como representação do passado (NORA, 1998, p. 43).

Existem muitas fontes que tratam da guerra contra o Paraguai, sobretudo do conflito em solo sul-mato-grossense, muito encontramos nas narrativas de Alfredo d'Escagnolle Taunay, autor de diversas obras que contam sua participação no conflito. Taunay acompanhou a expedição a Mato Grosso, na função de ajudante da Comissão de Engenheiros, durante a guerra produziu relatórios que seriam publicados posteriormente em suas obras em língua francesa, mais tarde foram publicadas em português (SQUINELO, 2002, p. 60).

Durante a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), como parte das estratégias para o conflito, Francisco Solano Lopez transformou a Fortaleza de Humaitá no marco do seu poder militar. Construída na margem esquerda do Rio Paraguai, ao sul da capital paraguaia, controlava o aceso fluvial a Assunção, era o mais perigoso complexo militar paraguaio. Este complexo militar impossibilitava a invasão do Paraguai pela via fluvial. Assim, o Ministro da Guerra Beaurepaire Rohan<sup>1</sup>, encarregou Caxias, general brasileiro mais graduado e Se-

---

<sup>1</sup> Henrique de BeaurepaireRohan. Engenheiro militar foi designado em 1843 para servir na comissão militar de exploração e levantamento do Rio Paraguai, permanecendo em Mato Grosso por quase três anos. Escreveu *Anais de Mato Grosso*, um ordenamento cronológico (1718-1824) sobre os principais fatos históricos da Província, com base em suas pesquisas e anotações. Esta obra sobre Mato Grosso,

nador do Império pelo Partido Conservador, a elaborar um plano de guerra para o teatro de operações contra a República do Paraguai. Segundo esse plano, a invasão paraguaia seria feita por três colunas. A primeira numa ação conjunta com a marinha entraria no Paraguai pelo Passo da Pátria<sup>2</sup>, cujo objetivo deveria ser anular a Fortaleza de Humaitá e ocupar Assunção; a segunda, no Mato Grosso, protegeria a cavahada e o gado vacum e a terceira agiria em São Borja, impedindo a concentração de tropas em Humaitá e evitar que as forças paraguaias cortassem a retirada das tropas brasileiras, caso o ataque pelo Passo da Pátria malograsse (DORATIOTO, 2002, p. 117-118).

Apesar da discordância de Pimenta Bueno<sup>3</sup>, o plano de Caxias foi aprovado. Pimenta Bueno, havia servido no Paraguai como representante diplomático e exerceu a Presidência da Província de Mato Grosso, portanto, conhecia o território paraguaio, dificilmente Humaitá seria conquistada por ataque frontal. Propunha que a fortaleza fosse contornada e as forças marchassem até Assunção, após a ocupação da capital paraguaia, as tropas desceriam e atacariam Humaitá.

O Império Brasileiro, após decidir pelo plano de Caxias, resolveu enviar uma coluna para Mato Grosso. Em Abril de 1865 a Coluna Expedicionária de Mato Grosso, depois denominada Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso começou a ser formada com a convocação de guardas nacionais de Goiás, Minas

---

foi publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 2001, na Série Publicações Avulsas, sob o número 20.

<sup>2</sup> Sobre a Batalha do Passo da Pátria, Consultar: DORATIOTO, 2002, p. 203-11.

<sup>3</sup> José Antonio Pimenta Bueno, foi Presidente da Província de Mato Grosso de 1836 a 1838 e Senador do Império de 1853 a 1878. Sobre a atuação de Pimenta Bueno como Representante diplomático no Paraguai, ver: DORATIOTO, 2002, p. 27; *Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço Antemural do Brasil em Matto Grosso*. In: *Estrangeiros Ilustres e prestimosos do Brasil (1800.1892) e outros escriptos*. São Paulo: Melhoramentos, [S.d]. p.82.

Gerais e São Paulo Para Doratioto, tinha ‘nome pomposo para uma força numericamente acanhada’ (2002, p. 112).

Alfredo Maria Adriano D’Escragnolle Taunay, era filho de Félix Émile de Taunay e de Gabriela Hermínia de Robert D’Escragnolle, barão e baronesa de Taunay. Nasceu no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1843, vindo a falecer na sua cidade natal em 25 de janeiro de 1899. Portanto, durante sua curta existência, Taunay viveu o período de consolidação, auge e decadência do Império brasileiro, regime ao qual permaneceu fiel. Sob os cuidados do pai, Felix Émile Taunay, diretor da Academia de Belas Artes, professor do Colégio Pedro II, preceptor e amigo do Imperador, Alfredo D’Escragnolle Taunay recebeu instrução artística de bom nível acadêmico. Em 1858, bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II.

Taunay desejou estudar Direito em São Paulo e das intenções, manifestadas por sua mãe, para que seguisse a carreira diplomática ou se tornasse clérigo, ficou resolvido que, a exemplo de seus antepassados, o jovem Taunay seguiria a carreira militar. Não obstante a reconhecida “falta de jeito para os estudos matemáticos”, em 1859 matriculou-se na Escola Central, instituição voltada, à época, para formação de engenheiros civis e militares. Comissionado 2º tenente da arma de Artilharia em 1864, terminava o penúltimo ano da Escola Militar quando eclodiu a guerra com o Paraguai. Incorporado ao Batalhão de Engenheiros do Exército Brasileiro, tomou parte na coluna expedicionária que deveria expulsar os paraguaios de Mato Grosso (MARTINS Jr, 2006).

O Governo Imperial, através do Decreto 3381 de 21 de janeiro de 1865, convocou os Guardas Nacionais<sup>4</sup> de São Paulo e Minas Gerais

---

<sup>4</sup> Sobre a Guarda Nacional, consultar: COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-73; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.

para comporem a Coluna Expedicionária de Mato Grosso. A Coluna Expedicionária de Mato Grosso, formada por combatentes que não conheciam e nem estavam habituados à região, saiu de São Paulo em 1865, sob o comando do Coronel Manoel Pedro Drago com destino a Uberaba-MG. Em São Paulo, na cidade de Campinas, sofreu com a varíola e deserções, perdendo 165 homens. Em Uberaba foi reforçada pela Brigada Mineira de Ouro Preto. Nessa cidade, novamente houve deserções em massa, 96 soldados desertaram. A deserção em tempo de Guerra era punida com a pena capital, no entanto, os rigores da lei não impediam tais atos. A fim de impedir novas deserções, as autoridades policiais mantiveram presos 25 praças mineiros convocados para a guerra. Segundo Taunay em suas memórias, mesmo com esse zelo, todas as noites um soldado fugia, muitas vezes com o concurso dos próprios sentinelas que adentravam mato afora com os desertores (2005, p. 189).

A coluna partiu para Cuiabá em 4 de setembro de 1865 com 1.575 soldados. Cabe ressaltar, que a proposta de Caxias previa o envio a Mato Grosso de uma coluna composta por 12.000 homens.

Após passar por Goiás e Santa Rita, as margens do Rio Paranaíba, recebeu reforços de soldados goianos, passando a contar com 2080 homens. Novas ordens orientavam a coluna a marchar até Miranda, deveriam ocupá-la e restabelecer a soberania nacional. Taunay criticou duramente em suas memórias, o posicionamento das autoridades militares referentes aos planos concebidos para a coluna, afirmando peremptoriamente: “Todos os planos que partiam do Rio de Janeiro eram errados e só patenteavam a incompetência dos que os formulavam e o absoluto desconhecimento das vastíssimas regiões em que havia sido abandonada aos azares da sorte a triste e resumida coluna” (2005, p. 193).

O abandono da coluna era reflexo do descaso em relação a Mato Grosso, o português Luiz D’Alincourt, situado na historiografia mato-



-grossense como memorialista militar, já havia denunciado o abandono das forças aquarteladas nessa região, por ocasião dos trabalhos estatísticos realizados em 1828 sobre a província. Suas viagens pelo interior do Brasil renderam aos estudiosos valiosas informações sobre as Províncias, em geral, e particularmente sobre Mato Grosso e Goiás na Região Centro Oeste (MELLO, 2009, p. 113). Luiz D'Alincourt registrou dados estatísticos e topográficos do Centro Oeste, constante em algumas de suas obras, entre as quais "Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato-Grosso", consta como a mais célebre (D'ALINCOURT, 1877-1878).

As dificuldades enfrentadas pela "pomposa" coluna as margens da confluência dos rios Coxim e Taquari, foram descritas por Taunay. O próprio barracão da Comissão de Engenheiros, considerados elite, era "mal feito e mal acabado", sem contar o alojamento dos praças, conforme descrito abaixo:

Os camaradas moravam em esburacadas barracas ou pequeninos ranchos, cobertos de couros e folhas de palmeiras, tudo muito mal preparado e aberto aos ventos e às chuvas, freqüentes naquela estação de pesados aguaceiros. Era, de fato, rara a tarde em que deixasse de desabar violenta trovoadas após ardores estivais do dia abafado e de rigorosa soalheira (2005, p. 194).

Ilhada e sem comunicação permaneceu seis meses em Coxim, até junho de 1866. A falta de comida preocupava a tropa. De acordo com Taunay, as cheias prejudicavam o fornecimento de víveres, "refletindo dolorosamente na matalotagem", "onde achar alimentos, simples gado, quando todas as planícies ficavam debaixo d'água "[...] transpor tudo aquilo, dezenas e dezenas de léguas de pavoroso tremedal, oceano de lama em que podiam afundar-se montanhas" (2005, p. 199). No Coxim, a fome pesava na tropa e andava de braços dados com soldados seminus na mais completa penúria.

Dos fatos envoltos no manto do silêncio ao longo da história, a ausência das mulheres nos retratos, contornos e ações nas guerras, talvez seja a mais sentida. Durante a Guerra contra o Paraguai tiveram participação ativa, entretanto não aparecem nos escritos, levando o historiador a tirar da opacidade, os fatos que os documentos não tencionavam demonstrar – a participação das mulheres.

As mulheres, durante a Guerra do Paraguai, acompanharam seus filhos e maridos nos pântanos e sertões de Mato Grosso. Para Maria Teresa Garritano Dourado, em sua dissertação de mestrado em História pela Universidade da Grande Dourados, numa sociedade dominada pelos homens, os vestígios femininos desapareceram intencionalmente.

Quando se fala em guerras dos séculos passados, imaginamos sempre homens marchando a pé ou a cavalo, em situação de combate. Esquecemos que as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos soldados e, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam, alimentando, socorrendo, plantando, lutando, ou mesmo comercializando gêneros de primeira necessidade. Viviam ocupadas demais em manter todo aquele aparato de guerra. De fato, a atuação feminina, sempre na retaguarda, não aparece como elemento que teve sua importância nas batalhas (2002, p. 11).

As mulheres também sofreram a “dor da agonia” e a penúria generalizada enfrentada pela Coluna Expedicionária de Mato Grosso. Para Dourado, eram:

Amantes ou legítimas esposas de soldados, elas cuidavam dos filhos, da comida, das roupas e, por vezes, enfrentavam os campos de batalha, pegando em armas e socorrendo os feridos, fazendo curativos e os conduzindo até os hospitais de sangue. Sofriam como os homens a marcha extenuante, o sol, o frio, a fome, as chuvas que alagavam os campos, as

doenças, os acampamentos sem as mínimas condições de higiene e as mortes (2002, p. 79).

Essas “mulheres comuns e senhoras respeitáveis” das quais fala Maria Teresa Dourado, quase não tiveram visibilidade histórica na Guerra do Paraguai, na história escrita pelos homens, e nem direito a um “Cemitério dos Heróis”, entretanto morreram como os homens, da mesma “dor”.

D. Senhorinha Barbosa, na literatura sul-mato-grossense é conhecida principalmente quanto à participação feminina na guerra. Historicamente a mulher sempre teve participação efetiva nos eventos de guerras, seja direta ou indiretamente sempre foram sujeitos históricos fundamentais nos períodos de conflitos. A participação feminina nas guerras se configura de diferentes formas. Maria Teresa Guarritano Dourado, em “História das mulheres na guerra do Paraguai: fome e doenças sob a ótica do poder patriarcal” (2008) ao discutir sobre participação das mulheres na guerra faz uma análise que nos remete a uma reflexão quanto à inserção de D. Senhorinha na Guerra contra o Paraguai:

Um passado que, em muitos aspectos, ficou oculto e que gerou, durante séculos, desconhecimentos em algumas áreas, o que produziu lacunas na historiografia, principalmente, acerca da participação das mulheres, dos índios, dos velhos e das crianças de pouca idade, *um exército invisível*, já detectado por alguns pesquisadores. Na retaguarda ou ao lado dos exércitos, estes davam um suporte imprescindível aos militares e civis, lutando ao lado dos homens. Outros se deslocavam, com extrema habilidade, nas frentes de batalhas mais perigosas para socorrer os feridos ou levar refeições aos soldados. O preenchimento da lacuna histórica deixada, até agora, pelos estudos sobre a mulher brasileira exige levar em conta as marcas que nos legou nosso passado patriarcal. (DOURADO, 2008)

Possivelmente D. Senhorinha não via-se como uma feminista que lutava pelo lugar da mulher na sociedade, tão pouco ocupava-se em promover o embate entre o masculino e o feminino, mas sem dúvidas sua participação na história regional e principalmente na guerra cumpriu essa função, mesmo que inconscientemente.

Sua prisão pelas forças paraguaias em 1864 tornou-se famosa na história regional quando da eclosão do conflito platino. Antes, em 1849, após a morte de seu esposo Gabriel Francisco Lopes, foi aprisionada juntamente com seus filhos por militares paraguaios. Após intervenção diplomática do império brasileiro, D. Senhorinha foi solta com mais alguns brasileiros prisioneiros no Paraguai. Dourado nos revela que D. Senhorinha Barbosa Lopes após ser libertada em 1849, casou-se com seu cunhado respeitando um costume da época. Conforme a autora:

Por exigência do representante diplomático do Império em Assunção, Conselheiro Silva Paranhos, conhecido como Visconde do Rio Branco, foram libertados mais tarde, retornando ao Brasil, quando D. Senhorinha se casou, segundo o costume generalizado naquela época, com seu cunhado, José Francisco Lopes, que também tinha enviuvado, de Maria Pereira, deixando três filhos: José Francisco Lopes Junior, Teothonia e Ritta. Passou a residir na Fazenda Jardim, à margem do Rio Miranda (DOURADO, 2002, p. 48).

O casamento entre familiares era uma forma de manterem seus bens e suas propriedades. A união de José Francisco Lopes e de Dona Senhorinha Barbosa Lopes significava a preservação da riqueza da família.

Com a eclosão da guerra contra o Paraguai, mais uma vez D. Senhorinha fora feita prisioneira, junto com seus filhos e alguns moradores de Miranda. Entre eles frei Mariano de Bagnaia, enviados para o território paraguaio. Segundo Medeiros, a fazenda, onde morava D. Senhorinha e sua família, foi invadida por vários soldados

paraguaios que capturavam o gado e destruíam plantações. As tropas paraguaias agiam com violência, conforme assinala Medeiros: “Mortos de fome, e como não encontrassem gado na cidade, os soldados iam matando o que encontrassem pela frente e que tivessem aspecto comestível: aves, cabras, porcos e, em algumas situações, até cães” (MEDEIROS, 2012, p. 96).

Os anos de prisão foram de privação e violência. Conforme os relatórios do exército e Itamarati, analisados por Dourado, a família Barbosa Lopes foi encontrada pelas tropas brasileiras no dia 13 de dezembro de 1869 entre 45 prisioneiros. Segundo Dourado, na documentação encontrada no Consulado brasileiro em Assunção, entre esses prisioneiros encontravam-se: Maria do Carmo Lopes (30 anos), Rita Ramona Lopes (17 anos), Isabel Simão Lopes (16 anos), Fausta Felicíssima Lopes (13 anos) e Pedro José Lopes (12 anos).

D. Senhorinha foi protagonista da participação feminina na guerra contra o Paraguai, mas sua história ficou restrita apenas ao seu núcleo de descendentes, pois era ela que rememorava. Após a guerra e com a morte de seu esposo, com a destruição de diversas partes da região sul do antigo Mato Grosso, a sertanista permaneceu na obscuridade, cumprindo o dever da mulher oitocentista: cuidar de sua família. E viúva, cuidar de suas terras.

Mudou-se para Bela Vista-MS, onde viveu até o fim de sua vida. “Senhorinha bem velhinha gostava que as pessoas a rodeassem e então contava as passagens difíceis da vida principalmente sobre a guerra onde perdeu um filho degolado em luta pela Pátria” (PEDROSA, 1986, p. 24).

D. Senhorinha morreu em 1913 em Bela Vista, sendo sepultada com honras militares. Antes de sua morte fora homenageada em 1912 com a incumbência de empunhar o estandarte nacional no dia das comemorações da Proclamação da República, sendo considerada madrinha de batismo da bandeira brasileira.

Na mesma época do aprisionamento de D.Senhorinha, durante a guerra contra o Paraguai, Frei Mariano de Bagnaia, pároco de Miranda, também foi preso pelas tropas paraguaias. Frei Mariano nasceu na cidade de Bagnaia, região central da Itália, no ano de 1820. No ano de 1846 foi ordenado padre. Na década de 1840, depois de tensas relações entre o governo brasileiro e a Santa Sé, foi solicitado o retorno de missionários capuchinhos, oriundos da Itália, ao Brasil. Com isso foi reativadas as missões (PALÁCIOS, 2012, p. 196). Entre os missionários que vieram para o país estava Frei Mariano. O frei chegou ao ano de 1847 na cidade do Rio de Janeiro para depois ser destinado a Mato Grosso, lugar pouco procurado por brasileiros pelo difícil acesso (FERREIRA NETO, 2004, p. 50). Suas primeiras viagens na região de Coxim ocorreram na década de 1840, com o objetivo de evangelizar os nativos. Bagnaia realizava o trajeto do Rio de Janeiro à Cuiabá, conforme Alfredo Sganzerla na obra “História de Frei Mariano de Bagnaia” (1992). Para o autor o ambiente era de se estranhar, principalmente as matas, os mosquitos, os caminhos percorridos, era “o mais infeliz de todos os lugares do Brasil” (SGARZELA, 1992, p. 177).

Com a criação do núcleo colonial do Taquari em 1862, Bagnaia passa a visitar constantemente a região, onde fazia casamentos, catequese, batizados e pregações destinadas aos moradores da localidade. A aproximação do Império com a Cúria Romana, com o pedido do retorno de missionários Capuchinhos, resultou na expansão da Igreja para lugares distantes dos grandes centros. Também representou a preocupação do Governo Imperial em estabelecer controle sobre os nativos. Segundo Palácios:

Por outro lado, a solicitação marcava o início da longa e ativa participação dos capuchinhos italianos, principalmente sicilianos, no equacionamento da problemática agrária brasileira, não mais apenas em torno de problemas de catequização indígena e, sim, sobretudo, de controle

de populações camponesas através de um instrumento que os frades tinham aperfeiçoado: as missões populares (2012, p. 197).

As atribuições do frei capuchinho extrapolavam sua “missão” a desempenhar nos povoados em que se estabeleciam. O envio de missionários para os Sertões, sobretudo em Mato Grosso, não só avançariam sobre os índios aldeados, mas desempenhariam um papel importante de interlocução entre a população – das regiões mais longínquas – e o governo provincial. Dessa forma, evidenciamos o trânsito privilegiado de Frei Mariano no Império, quanto a sua presença nos aldeamentos indígenas. Anterior a Guerra, o frei conseguiu articulações importantes para atuar nas regiões em que visitava.

A presença de frei Mariano de Bagnaia na Guerra do Paraguai também é citada por na obra *Retirada da Laguna* (1921) Visconde de Taunay, que relata os anos do conflito, sobretudo a presença paraguaia em Mato Grosso e a reação do Império brasileiro. Segundo o autor:

A 22 de fevereiro de 1865, deixando Frei Mariano as margens do Salobro, onde se refugiara, ao aproximar-se a invasão, viera, de moto próprio, entregar-se aos paraguaios, no intuito de lhes pedir compaixão para com a desventurada paróquia. Ao chegar à vila, fora-lhe o primeiro cuidado correr à matriz, objeto da sua mais viva solicitude. Desolador espetáculo o esperava: altares derribados, as imagens santas despojadas dos adornos, enfim todas as mostras da profanação. Ao presenciá-lo, dele se apoderou tal sentimento de indignação e desespero, que não pôde dominar-se. Imediatamente, e em tom retumbante, à frente do chefe paraguaio e seus comandados, pronunciou solene anátema contra os autores de tais atentados. Ouviram-no todos cabisbaixos, como se esta voz severa fora a de algum daqueles Padres que outrora lhes haviam catequizado os antepassados, esforçando-se

o comandante em convencer o missionário que os únicos culpados eram os Mbaías (Índios). (1921, p. 34)

Para Taunay, a destruição de Miranda, inclusive da igreja instalada naquelas paragens, tornou-se um tormento para o frei, o autor queixa que na Guerra não houve respeito dos paraguaios, traduzido na prisão de Bagnaia e na ocupação daquele espaço religioso. Nada disso teria causado, segundo Taunay, incomodo algum às forças do Paraguai, para efetivação de sua ocupação era estratégica. Após sua prisão em Miranda, Bagnaia foi enviado para Nioaque e depois para Assunção. De Assunção foi removido para a prisão de Caacupê.

Segundo Alfredo Sganzerla, na casa que frei Mariano foi aprisionado havia pulgas, percevejos e cobras, além de viver incomunicável. No Paraguai os prisioneiros não sabiam de notícias dos acontecimentos da Guerra, muitos nem sequer recebiam auxílio médico. Sganzerla narra que frei Mariano sofreu com feridas por todo o corpo, sem saber a procedência e a gravidade da situação que se encontrava:

Nesta agonia é que conheci as mais refinadas perversidades dos homens e a justiça divina. A minha classe que me perdoe se aqui consigno que os sacerdotes paraguaios foram instrumentos dóceis que o tirano López achou para saciar sua sede de sangue, que esquecidos de seus deveres sagrados e da caridade evangélica, alimentavam com suas costumeiras declarações aquele homem-fera, com vítimas humanas, não sem calúnias, por que experimentei em mim. Eram tão perversos aqueles indignos sacerdotes, que serviam-se de causar ao missionário para, por em ordem de seu não menos indigno bispo para denunciar. Deus os tenha perdoado. Mas parece que a mão divina se serviu do mesmo feroz e assassino tirano que mandou trucidar uma boa porção (1992, p. 242-243).

A indignação do frei provocou-lhe dúvidas sobre a divindade cristã diante do fato de os sacerdotes paraguaios servirem de algozes dos prisioneiros para simplesmente fortalecer o poder de Lopez no Paraguai.



Sua libertação ocorreu durante o encontro dos dois exércitos, brasileiro e as tropas de Solano Lopez no ano de 1869. Aproveitando-se do lapso dos combatentes paraguaios, frei Mariano conseguiu escapar, sendo resgatado pelos brasileiros, os quais lhe prestaram os primeiros socorros. Conforme é assinalado no livro do General Dionísio Cerqueira (1974):

(...) Achamos muitos prisioneiros, nossos compatriotas. Entre eles estava o Frade Capuchinho, Frei Mariano de Bagnaia que caíra no meio das forças de Bárrios na invasão do Mato Grosso. Que diferença entre o sacerdote e os soldados. Aquele com hábito de burel muito gasto, mas com o corpo bem fornido de suas carnes, alegre e risonho os outros macientos e ademaciados parecendo ter perdido a lembrança do sorriso e o corpo retalhado de cicatrizes dos tagantes de ferro do ditador. (1974, p. 427)

Livre, o capuchinho foi levado pelos brasileiros até Miranda por via terrestre e depois por via fluvial até Cuiabá. No caminho até Cuiabá, sofreu um acidente, caindo do vapor que lhe conduzia. Foi resgatado pelo Alferes Antonio Corrêa de Oliveira, episódio publicado no Jornal Diário do Rio de Janeiro, em 1870:

Foi concedida a medalha de 2ª classo ao alferes de comissão do 19º batalhão de infantaria, Antonio Corrêa de Oliveira, por ter salvo, com risco da própria vida, a de frei Mariano Bagnaia, vigário em Corumbá, que, cahindo alta noute no rio Cuyabá, pereceria a não serem os esforços do mesmo alferes. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO; 1870; 3)

Frei Mariano Bagnaia, continuou seu trabalho missionário, e em 1870 foi nomeado pároco de Corumbá e Vigário de todo Baixo-Paraguai. Segundo Sganzerla, o religioso no ano de 1876 solicitou frente ao governo da Província de Mato Grosso medidas para melhorar as condições da localidade de Coxim, que segundo o religioso estava relegada ao abandono. A Capela de São José em Coxim foi

inaugurada em 17 de março de 1870, com missa realizada por Frei Mariano. Como a região, era de difícil acesso, e com pouca atenção do Governo, o frei realizava visitas constantes, mas como exercia uma forte influência na sociedade de Coxim, nomeou o fazendeiro Antonio Luiz da Silva Albuquerque (Totó de Albuquerque) como zelador da igreja de São José (Sganzerla, 1992, 314). Como as viagens Frei Mariano entre Corumbá e Coxim duravam vários dias, era necessário deixar alguém que cuidasse da igreja. Neste caso era indispensável a presença de um zelador, sobretudo pela reivindicação do Governo de Goiás pela posse do território de Coxim.

Frei Mariano, segundo Sganzerla, abalado pelo passado na Guerra do Paraguai e pelo sofrimento vivenciado nos lugares por onde passou, e vítima de alucinações e de perturbações, tentou se matar atirando-se num rio em Campo Novos Paulistas, contudo foi resgatado. Sua morte ocorreu devido à perda de equilíbrio psíquico (1992: 357) e com uma navalha cortou a veia carótida vindo a falecer em 9 de agosto de 1888.

Na chegada a Coxim, a Comissão de Engenheiros (1866) percorreu caminhos lacustres, pantanosos e com presença de morros. As descrições dos caminhos percorridos e das situações vividas durante a guerra, sobretudo em Mato Grosso estão presentes nas memórias e romances de Visconde de Taunay.

Taunay formava a comissão dos engenheiros que acompanhava as tropas. Também não teve boas experiências em solo mato-grossense, sobretudo em Coxim. Sua simpatia ao local somente é evidenciada quando descreve sua estadia na Fazenda de Antonio Teodoro de Carvalho na obra *Dias de Guerra e de Sertão* (1927). Segundo Taunay:

[...] a nossa exploração cifrou-se em estarmos de pousada na fazenda de um tal Carvalho, onde passámos bellos dias a tomar excellentes cornimboques de leite. (...) Era elle um espírito livre e só me citava *As Ruínas de Volney* e a obra

do Barão de Holbach. Uma vez, conversamos com animação e eu me puz a combater as suas idéias materialistas e irreligiosas. De repente, por traz da parede que não ia até ao tecto, ergueu-se uma voz: “Deus abençoe a quem falla assim. Sem duvida é algum padre. Convença esse homem das suas heresias!...” Aí o Carvalho abaixou a cabeça e, com gesto risonho: “É a mulher, coitada, tem um medo que se pella das minhas idéias!” (1927, p. 30).

Para o autor, Carvalho não seguia acirradamente os ensinamentos das leituras que realizava e suas ideias causavam temor a sua esposa. Segundo Virgílio Correa Filho, a clausura de sua mulher, sua família, impedindo que os visitantes tivessem contato fazia parte do comportamento patriarcal existente nas fazendas do sertão. Era uma forma de preservar a família dos olhos de estranhos ou simplesmente impedia a mulher de participar de assuntos externos ao núcleo familiar. O contato de Taunay com os moradores da fazenda ficou restrito apenas ao senhor Carvalho, alguns de seus funcionários, seus familiares e as mulheres permaneceram distante dos espaços em que o visitante se encontrava.

A moradia simples de Carvalho inspirou o personagem senhor Pereira, pai de Inocência, romance escrito por Taunay em 1871 após a guerra. Sobre a moradia de Antonio Theodoro, em um documento encontrado por Virgilio Correa Filho, publicado em *Pantanais Matogrossenses*, este descreve-a conforme uma carta em que Taunay enviara para seu pai em 23 de dezembro de 1865:

É um casarão de pau-a-pique, coberto de sapê, barreado, com dois lances a que se separa pequeno pátio, fechado por cêrca, muito amplo, mas de pé-direito atarracado. Pela frente da casa corre um alpendrado coberto por folhas de buriti e sustentado por grossos taquaruçus. A porta principal é muito larga e está ladeada por duas janelas muito apertadas, mal abertas e assimétricas, o que dá desagradável aspecto à mais que masquinha fechada (2009, p. 201-202).

Também encontramos notícias de Antonio Theodoro de Carvalho no “Relatório Geral da Comissão Engenheiros junto às forças em expedição a Província de Mato Grosso”, produzida por Taunay nos anos de 1865 e 1866. O relatório foi publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1874. Através do estudo do relatório encontramos um mapa produzido pela comissão dos engenheiros que atestam localização das duas fazendas, assim como os caminhos que percorreram a referida comissão de engenheiros. O referido mapa, produzido em dezembro de 1866 com o título de “Reconhecimento topográfico dos dois caminhos que conduzem dos Valinhos ao Coxim e Piquiri”, encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Através dessa carta topográfica localizamos as duas fazendas existentes na região próximas à cabeceira do Rio Taquari e também ao rio Piquiri. A produção dessa carta ocorre durante a Guerra do Paraguai. Nela encontramos informações sobre os caminhos que a comissão da força expedicionária percorreu pelo sul de Mato Grosso no ano de 1865. O trajeto descrito se inicia no córrego de Valinhos e termina na confluência do rio Coxim com o rio Taquari (localizados na atual região norte de Mato Grosso do Sul), lugar que se estabeleceu o acampamento da força expedicionária.

A presença dos Theodoro de Carvalho possivelmente após o movimento migratório da década de 1830 favoreceu a formação tanto do núcleo do Piquiri (1835) como do núcleo do Taquari (1862). No relatório provincial do presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho de 1864, informava algumas notícias sobre o povoado que se formara nas margens do rio Taquari e um dos moradores que ajudou na exploração da comissão delegada pelo presidente foi Antonio Theodoro de Carvalho, citado como capitão. Também é citado como primeiro morador branco da região pela produção memorialística.

Antonio Theodoro de Carvalho, assim como o governo provincial, interessava-se numa via de comunicação ligando o Taquari ao

Araguaia, as visitas de comerciantes eram frequentes, e também o interesse em se instalarem no núcleo. As primeiras vias de comunicação do sertão de Coxim foram abertas pelos Carvalho, conforme podemos observar no relatório do presidente de província Alexandre Manoel Albino de Carvalho:

Dando-me o Sr. Capitão Antonio Theodoro de Carvalho à cerca da abertura dessa estrada as mais lisongeiras esperanças, e convidando-me para examinar parte desses terrenos, accedi aos seus desejos, (...) Consta-me que o Capitão Antonio Theodoro está disposto a abrir a parte entre sua fazenda e a estrada do Araguaya, único terreno desconhecido existente, o que realizado, virão os carros ter à Povoação independentemente da passagem do Taquary (CARVALHO, 1864, p. 59-60).

O povoado se apresentava como promissor, sobretudo com as vantagens que poderiam oferecer as províncias de Goiás e Mato Grosso. Com a guerra o núcleo que se formara foi abandonado e a Fazenda Taquary de Antonio Theodoro de Carvalho saqueada e destruída pelas forças paraguaias. Após o conflito platino, expressivas incursões de criadores de gado procedentes do Triângulo Mineiro, do nordeste brasileiro e São Paulo continuaram a ocupar a região com o propósito de formar fazendas, desencadeando o processo criatório na região.

As intempéries vivenciadas no Sertão de Coxim causou desgaste das tropas, pois muitos desconheciam esses caminhos, tão inóspitos para os soldados, ou mesmo para Taunay. A falta de alimentos juntou-se com a mata fechada, as longas distâncias, rumos desconhecidos que provocou a fuga de muitos participantes daquela companhia. Ao enfrentar a situação de guerra no sertão, muitos soldados desertaram pelos caminhos do Piquiri a procura da capital Cuiabá, Camapuã e Santana do Paranaíba. As tropas rumaram para Miranda, atravessando os caminhos pela serra de Maracaju.

Na companhia das tropas estava o guia José Francisco Lopes, de que Taunay descreve também com apreço. Os Lopes conheciam muito bem o sul de Mato Grosso, desde as entradas no sertão em que abriam matas e fundavam fazendas nos anos de 1830 e 1840. Os caminhos que percorreram vieram a se tornar futuramente povoados e cidades pelo sul de Mato Grosso.

Os Lopes ocuparam terras do sul de Mato Grosso, levantando fazendas e em muitas implantaram a pecuária. Para a historiografia regional os Lopes juntam-se às famílias pioneiras que desbravaram estes sertões, povoando toda região que atualmente corresponde a Mato Grosso do Sul. Moradores do Triângulo Mineiro e de Franca, encomendavam terras para Lopes que apossavam e entregavam a esses fazendeiros. Os Carvalho também chegaram nesse período, a entrada desses migrantes foi interrompida pela guerra.

No presente artigo evidenciamos o estudo de personagens que de forma singular participaram da guerra do Paraguai, intrinsecamente suas vidas se cruzaram no conflito. Não nos propusemos desenvolver uma rede de ligações entre Taunay, Frei Mariano, D. Senhorinha e Antonio Theodoro, mas salientamos o que vivenciaram durante o conflito.

Possibilitamos um diálogo da história com a memória sob outras perspectivas através de distintos personagens e espaços. O cruzamento da memória com o saber histórico elucidada o desvendamento de acontecimentos isolados no passado, torná-los conhecido, sobretudo compreendido, faz parte da operação histórica, dessa forma, nos dizeres de Paul Ricoeur: “O dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação, de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas” (RICOEUR, 2003, p. 6). Através do artigo, apresentamos algumas reflexões e questionamentos sobre o conflito platino (1864-1870) no sul de Mato Grosso, bem como a situação dos civis durante a guerra.

Pretendemos com isso possibilitar novas fontes para outros estudos que interessam-se sobre a história e a memória de Coxim.

### **Referências**

CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929.

CORREA FILHO, Virgílio. *Pantaneais Matogrossenses: Devassamento e ocupação*. Campo Grande-MS: 2009 (Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul).

D'ALINCOURT, Luiz. *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz d'Alincourt, sargento-mór engenheiro encarregado da Comissão Statistica Topographica acerca da mesma província – Cuiabá, 1828*. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, 1877-1878.

Diário do Rio de Janeiro. Sexta-feira, 23 de setembro de 1870. p. 3. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível: [http://memoria.bn.br/rmhb/\\_pdf/094170/per094170\\_1870\\_00263.pdf](http://memoria.bn.br/rmhb/_pdf/094170/per094170_1870_00263.pdf). Acesso em 18 de junho de 2012

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis*. A presença feminina na Guerra do Paraguai. UFGD, 2002. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2002

\_\_\_\_\_. História das mulheres na Guerra do Paraguai: fome e doença sob a ótica do poder patriarcal. *Anais Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder*. Florianópolis: 25 a 28 ago. 2008.

FELIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998

FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1992

MARTINS Jr. Carlos. Mato Grosso do Sul e a retirada da Laguna: memória, história e perspectivas de turismo. Santos/SP: Revista Eletrônica Patrimônio:

Lazer e Turismo, setembro de 2006. Disponível: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=81>. Acessado em 20 de maio de 2013.

MEDEIROS, Samuel X. *Senhorinha Barbosa Lopes: Uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2012.

MELLO, Saulo Álvaro. *A dor da agonia e o cemitério dos heróis nos episódios da Retirada da Laguna – Jardim/MS*. ERETUR, 2011

PALÁCIOS, Guilherme. *Política externa, tensões agrárias e práxis missionária: os capuchinhos italianos e as relações entre o Brasil e o Vaticano no início do segundo reinado*. Revista de História, São Paulo, nº 167, p. 193-222, julho / dezembro 2012.

PEDROSA, Ledir Marques. *Origem Histórica e Bravura dos Barbosas*. Campo Grande: 1986.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Alexandre Manoel Albino de Carvalho (1864) APMT

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOUER, P. *Memória, história, esquecimento*. Budapeste, 2003. A versão original desta conferência foi escrita e proferida em inglês por Paul Ricoeur a 8 de Março de 2003 em Budapeste sob o título “Memory, history, oblivion” no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”*. in: SIMSON, Olga Moraes Von. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: vértice, 1988. P. 14-43.

SANTOS, Jackson Novais. *Vestígios do “Lugar Social” na escrita dos memorialistas*. Ciclos Históricos (setembro de 2009) UESC. Disponível: [http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/jackson\\_novaes\\_santos.pdf](http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/jackson_novaes_santos.pdf), Acessado em 20 de junho de 2012.

SGANZERLA, Alfredo. *História do Frei Mariano de Bagnaia*. Campo Grande-MS: FUCMT, 1992.

SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai e suas interfaces: Memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Coloquios, Puesto en línea el 16 enero 2009, consultado el 31 marzo 2013. URL: <http://nuevomundo.revues.org/49752>; DOI: 10.4000/nuevomundo.49752.



SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...* Ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: Ed. UCDB, 2001.

SQUINELO, Ana Paula; REYNALDO, Ney Iared. *Região Platina: Guerra, Comércio e Navegação entre os séculos XIX e XX. Coletâneas do Nosso Tempo.* N° 4 e 5. Rondonópolis-MT: EDUFMT, 2001. p. 11-30

TAUNAY, Visconde. *Dias de Guerra e de Sertão.* São Paulo: Melhoramentos, 1927.

\_\_\_\_\_. *Retirada da Laguna.* São Paulo: Melhoramentos, 1921.

\_\_\_\_\_. *Memórias.* São Paulo: Iluminuras, 2005.